

1 Ata da Reunião Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São
2 João – CBHLSJ. Ao vigésimosétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e dezenove,
3 às dez horas iniciou-se a reunião no auditório principal da Universidade Veiga de
4 Almeida, localizada em Praia do Siqueira, Cabo Frio, tendo como pauta os seguintes
5 assuntos: **1) Apresentação dos projetos aprovados pelo CBHLSJ, que estão em**
6 **andamento, para o conhecimento dos novos membros; 2) Apresentação de novos**
7 **projetos e Resoluções para aprovação.** Onde compareceram os seguintes
8 representantes, conforme lista de presença: Sra. Tatiana Figueira de Mello (ICMBIO);
9 Sra. Roberta Leocádio Dias (ICMBIO); Sra. Sylvia Ernesto C. Filho (INEA); Sra. Ana
10 Paula Araujo Pereira (FIPERJ); Sra. Letícia Hitomi Nogami (FIPERJ); Sra. Ana Paula
11 Rodrigues de Souza (P.M.A); Sr. Mauricio Rosa Silva (P.M.I); Sra. Daiana Paula da
12 Silva Cabral (P.M.S.P.A); Sr. Ezequiel Moraes dos Santos (P.M.S.J); Sra. Gliciane
13 (P.M.R.O); Sra. Margoth Silvana da Silva Cardoso (OAB Iguaba Grande); Sr. Arnaldo
14 Villa Nova (Associação Viva Lagoa); Sra. Dulce Tupy (Colônia de Saquarema Z-24);
15 Sra. Michele Maria de Souza (AMEAS); Sr. Pedro Paulo Almeida Pinto de Andrade
16 (Associação Raízes); Sra. Sulamita Rangel de Oliveira (Observação Cabo Frio); Sra.
17 Sandra Barbara de Souza (IPEDS); Sr. Manildo Marcião de Oliveira (IFF-CF); Sr.
18 Eduardo Gomes Pimenta (UVA-CF); Sra. Gabriela Negreiros Coutinho (CAJ); Sra.
19 Keila Ferreira da Silva (PROLAGOS); Sr. Francisco da Rocha Guimarães (APAAPP);
20 Sr. Cícero Vanderley Neto (Colônia Pescadores Z-24); Sr. Gilton Souza de Luna
21 (STTRCF); Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de Araruama); Sr. Fernando
22 Bento Marques (AGRISA); Sra. Jessica Gimaldi Sanna (NEABC); Sr. Paulo Sergio C.
23 Augusto (SEMMA); Sr. Emídio F. de Souza (NEABC); Sr. Renan Ventura Correia
24 (CILSJ); Sr. Thiago Ferreira de Albuquerque (SEMMA); Sr. Emerson Santiago
25 (P.M.A); Sra. Jeovana Castro Ladeira (SAAE); Sr. Mauro Paes (IRV); Sr. Luís Fernando
26 Faustich (CILSJ). O Sr. Eduardo Pimenta iniciou a reunião agradecendo a presença de
27 todos os participantes da plenária e passou a palavra para a Sra. Adriana Saad para que

28 ela fizesse uma apresentação sobre uma retrospectiva geral sobre o Comitê e de seu
29 andamento desde o ano passado, pois existem muitos membros novos na plenária que
30 tem dúvidas sobre a atuação e responsabilidades do CBHLSJ. Iniciando a apresentação,
31 a Sra. Adriana Saad falou sobre o Plano de Recursos Hídricos e explicou que
32 os COMITÊS DE BACIA é um ente do SINGRH, sociedade civil, poder público e
33 usuário e dentre as competências estão: aprovar, destinar recursos e acompanhar a
34 execução do plano de bacia e o cumprimento de suas metas. A Lei Estadual n.º 3.239, de
35 02 de agosto de 1999, e o decreto n.º 35.724, de 18 de julho de 2004, regulamentam a
36 competência do Comitê de Bacia Hidrográfica em destinar recursos financeiros do
37 Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro para aplicação. O Comitê de
38 Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios São João e Una, é
39 reconhecido e qualificado pelo Decreto Estadual n.º 36.733, de 08 de dezembro de 2004.
40 A atribuição do Comitê de Bacia Hidrográfica das Lagoas de Araruama e Saquarema e
41 dos Rios São João e Una, prevista no artigo 6º, inciso XIII do Regimento Interno, é
42 aprovar os programas anuais e plurianuais de investimentos, em serviços e obras de
43 interesse em recursos hídricos, tendo por base o respectivo Plano de Bacia Hidrográfica.
44 A Sra. Adriana Saad também explicou a função da Entidade Delegatária, que atua como
45 Secretaria Executiva dos comitês, executa a administração financeira, propõe, analisa e
46 acompanha os projetos financiados pelo recurso da cobrança, de acordo com o plano
47 plurianual e metas do plano de bacia aprovado pelo CBH. A Sra. Adriana explica que
48 “PAP” e “PPA” são siglas diferentes, porém com o mesmo significado que se referem ao
49 Plano Plurianual de Investimentos e que foi feita pela primeira vez pelo CBHLSJ em
50 2013, em 2015 foi feito o segundo e atualmente segue o terceiro Plano Plurianual feito
51 em 2018. Ela explica que entre o ano de 2014 e 2016, o montante aproximado de R\$
52 200.000.000 foi arrestado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, deixando o
53 CBHLSJ por dois anos sem verba e que inclusive nesse período a Entidade Delegatária
54 seria fechada, pois não havia dinheiro para sustentar uma equipe, entretanto, através de

55 uma resolução do CERHI, foi deliberado que o pagamento dos serviços da
56 Delegatária fosse feito através de verbas destinadas a projeto. O Fórum Fluminense de
57 CBH entrou com uma ação no Ministério Público solicitando a devolução desse
58 montante que havia sido arrestado pelo governo durante dois anos e com a intervenção
59 do Dr. Alexandre Maximiliano, conseguiram elaborar um TAC que proporcionou o
60 retorno deste dinheiro para os Comitês, este documento foi assinado logo depois do dia
61 10/10/2018 autorizando a devolução deste dinheiro. O CBHLSJ, de forma correta,
62 porém sem saber que este dinheiro voltaria de forma rápida, dividiu esta verba em um
63 período de quatro anos. Entretanto, com a autorização, esta quantia poderá ser liberada
64 em um ano. Em dezembro de 2018 foi criado pelo CERHI o GT FUNDRHI para
65 viabilizar o repasse dos recursos arrestados dos CBHS-RJ deliberado através do TAC
66 assinado pelo MPERJ, Governo do Estado e Delegatárias. No GT FUNDRHI, o Governo
67 do Estado informou que o recurso liberado seria em vinte parcelas mensais de 10
68 milhões. Os representantes dos Comitês, MPE, CERHI deliberaram que os recursos
69 seriam disponibilizados para os Comitês através de apresentação de propostas de
70 projetos. Por entendimento, os Comitês combinaram de liberar as 6 primeiras parcelas
71 para Comitês com menos recursos e a partir da 7ª o Guandu (70% dos recursos)
72 começaria a pleitear a parte que lhe cabia. OCBHLSJ tem na conta CUTE (recurso
73 arrestado) um montante de R\$ 9.320.361,64, saldos de 2012 a 2018, e na conta D
74 (recurso da cobrança anual 2019) um montante de R\$ 1.985.053,87, saldo de 2019, com
75 um valor total em conta de R\$ 11.305.415,51. Devido a estas regras estabelecidas no GT
76 FUNDRHI, a tabela final do plano de investimentos, resolução 71, deverá ser alterada.
77 Diante disso, foi informada a importância de marcar uma data para a oficina PAP que
78 tratará desta alteração. A Sra Adriana ainda esclareceu que as entregas dos projetos para
79 serem aprovadas no GT FUNDRHI ocorrem mensalmente, por isso desde janeiro ela
80 tem informado à plenária a necessidade de realizações de reuniões mensais
81 extraordinárias, assim como adiantamento dos prazos de convocações e entrega dos

82 documentos fora do prazo regimental e que desde janeiro a plenária tem aprovado este
83 procedimento para dar tempo de apresentar os projetos no GT FUNDRHI. Após a
84 apresentação da Sra. Adriana a palavra foi passada ao Sr. Emídio que comunicou para
85 todos que havia sido eleito coordenador da CTIL e que nesta reunião foram analisadas
86 algumas resoluções, inclusive esta do Plano de Bacia, em que a Plenária já havia
87 aprovado num montante de R\$ 500.000,00, porém a resolução diz que iria sair da rubrica
88 de monitoramento, e que sendo assim, a CTIL emitiu um parecer contrário a esta
89 resolução por que o objetivo da mesma não estaria de acordo com a rubrica que seria
90 retirado o dinheiro, diante disso, seria feito o que foi apontado pela Sra. Adriana com a
91 revisão desse Plano Plurianual, pois este GT está se reunindo desde Dezembro e outros
92 Comitês já haviam atualizado seu Plano Plurianual. A Sra Adriana esclareceu que os
93 projetos que existiam antes do novo contrato de gestão não deixaram de existir, eles
94 apenas precisam ser reapresentados nas reuniões de Câmaras Técnicas, passar pela CTIL
95 e serem aprovados novamente pelos novos membros do CBHLSJ, na Plenária. A Sra.
96 Keila sugeriu que ao invés de se fazer uma nova oficina para alteração da tabela final do
97 plano de investimentos da resolução 71, seria mais interessante fazer uma plenária
98 extraordinária ou ordinária para aprovar esta tabela, que seria enviada aos membros por
99 e-mail para suas análises. Durante a reunião, foi deliberado que todos os membros do
100 CBHLSJ passarão a receber todos os produtos de todas as Câmaras Técnicas. Houve
101 uma votação quanto à criação de oficina ou sugestão feita pela Sra. Keila para aprovação
102 da tabela do PAP e foi decidido que a Sra. Adriana passaria o material por e-mail para
103 análise dos membros do comitê e a aprovação da tabela seria feita em reunião de
104 Plenária. A Sra. Adriana deu prosseguimento à reunião para falar sobre os projetos e
105 informou que existem dois projetos com as resoluções o de Silva Jardim e o de Rio das
106 Ostras. A palavra foi passada a Sra. Jeovana, engenheira do SAAE, para que se fizesse a
107 apresentação do projeto de Rio das Ostras. Foi apresentado o Projeto de Extensão de
108 Rede Coletora de Esgoto - Trecho Rua Beira Canal, que tem como objetivo Pleitear a

109 execução da extensão de rede coletora de esgoto sanitário no Loteamento Nova Aliança,
110 em um trecho da Rua Beira Canal até a rede existente na Rua Fernando de Noronha,
111 beneficiando cerca de 260 habitantes, diminuir os impactos ambientais causados no Rio
112 São João, no solo e no lençol freático, promover saúde e qualidade de vida para a
113 população local, ampliar os serviços de coleta e transporte de esgoto sanitário da
114 localidade. Com uma duração prevista de 5 meses para o término da obra e uma
115 estimativa de gasto num montante de R\$ 414.251,72. A Sra. Thatiane, do ICMBIO,
116 pontuou que as informações deveriam ser passadas com antecedência para os e-mails
117 dos participantes da plenária, com os projetos, especificações técnicas, pois com isso iria
118 fazer com que as escolhas fossem feitas de forma transparente. Segundo a senhora
119 Thatiane as informações tem demorado a ser passadas e com isso não atingindo um
120 tempo hábil para uma análise mais detalhada para poder aprovar qualquer tema em uma
121 reunião. A Sra. Adriana explica, novamente que a plenária aprovou anteriormente as
122 convocações fora do tempo regimental, pois não haveria tempo hábil para submeter os
123 projetos aos GT FUNDRHI. O Sr. Pedro Paulo Almeida concordou com a Sra.
124 Thatiane. A Sra. Dulce solicitou que ao fim de uma reunião de Câmara Técnica, os
125 documentos ali aprovados e apresentados, devem ser encaminhados a todos os
126 integrantes da plenária para que assim todos tenham ciência do que está sendo aprovado
127 e discutido pelo CBH. O Sr. Emídio pediu a palavra e disse que ha necessidade de ser
128 revisto o que tem sido apresentado, pois o que foi decido pela plenária em 2018 é que
129 o recurso arretado iria ser recebido durante quatro anos e não em um ano, pois foram
130 enviadas 14 resoluções , cinco dias antes da plenária, para serem analisadas. O Sr.
131 Francisco questiona se todos entenderam a apresentação da delegataria, que tinha
132 acabado de explicar tudo aquilo, a necessidade de se adiantar os procedimentos, visto
133 que foi concretizado um TAC para liberação dos recursos posteriormente a decisão da
134 plenária em receber o recurso em 4 anos e que todos os participantes da Plenária estão
135 ali para ajudar no crescimento da Região, e não para engessar. Sr. Francisco Reforçou

136 que os documentos aprovados nas Câmaras Técnicas fossem encaminhados a todos os
137 participantes do comitê para haver maior transparência. A senhora Thatiana ,
138 representando o ICMBIO, se coloca contrária a votação desses projetos devido as
139 explicações já relatadas por ela, tanto na reunião de hoje , quanto por e-mail. O Sr.
140 Eduardo explica que a questão foi amplamente discutida e contextualizada na Câmara
141 Técnica de Saneamento e aberta a todos os participantes e diante do que foi exposto com
142 a particularidade da necessidade de captação dos recursos, ele colocaria em votação para
143 a Plenária decidir. Foi colocada em votação a aprovação, ou não, dos projetos de Rio das
144 Ostras e Silva Jardim e as Resoluções para serem encaminhadas ao INEA. A Sra.
145 Tatiane do ICMBIO votou contrária a aprovação destes projetos. Houve 2 abstenções e
146 28 votos favoráveis, sendo assim os projetos e resoluções foram aprovados para
147 prosseguimento. A segunda votação foi a respeito da proposta levantada em que tudo o
148 que fosse apresentado em Câmaras Técnicas sejam projetos, resoluções e etc., fossem
149 repassados a todos os membros da plenária, não somente para as reuniões de
150 plenária, mas durante as discussões das próprias câmaras técnicas. Todos votaram a favor
151 deste novo modo de operação administrativa. Sr Eduardo ressalta que o procedimento
152 anterior, de passar para plenária somente os resultados finais das Câmaras técnicas foi
153 aprovado no passado pelos próprios membros da plenária. Passando para assuntos
154 Gerais, a Sra. Adriana informou que existe um questionário de avaliação feito pelo
155 INEA com a finalidade de aferir a percepção do Comitê quanto à eficiência técnica e
156 administrativa do CILSJ no cumprimento de suas funções de Agência de Bacia, bem
157 como fazer uma avaliação do INEA e uma avaliação do próprio Comitê e enfatizou a
158 importância da contribuição de todos. Não havendo nenhum outro assunto a ser tratado o
159 Sr. Eduardo Pimenta encerrou a reunião. Deste modo, eu, Renan Ventura Correia
160 (CILSJ), lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do
161 Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de



162 Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 11
163 de junho de 2019

164



165

Leandro Coutinho de Mattos

Presidente do CBH Lagos São João